

Desflorestação da Amazônia quase duplicou em menos de um ano

9 de Setembro, 2019

A desflorestação da Amazônia, no Brasil, quase duplicou entre janeiro e agosto deste ano comparando com 2018, atingindo 6.404 quilómetros quadrados, segundo dados oficiais provisórios hoje divulgados no país, avança a Lusa. Em 2018, a desflorestação da Amazônia, neste período, foi de 3.336 quilómetros quadrados, o que conduz a um aumento de 91,9%, desde o passado mês de janeiro, segundo as estatísticas do país.

Só no mês de agosto deste ano, desapareceram 1.700,8 quilómetros quadrados, três vezes mais do que no mesmo mês do ano passado, quando se somaram 526,5 quilómetros quadrados, segundo o sistema DETER de alertas de satélite do Instituto Nacional para as Investigações Espaciais (INPE). Nos meses anteriores, o panorama também foi bastante grave, com 738,2 quilómetros quadrados em maio, 936,3, em junho, e 2.255,4 em julho. Os especialistas estimam que o número de 10.000 quilómetros quadrados poderá ser atingido este ano pela primeira vez, desde 2008.

Especialistas e defensores do ambiente explicam este aumento pela pressão dos madeireiros, encorajados pelo apoio do Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, que tem vindo a abrir as reservas indígenas e as zonas protegidas para desenvolver a recolha de madeira e a prospeção mineira. De acordo com a diretora científica do Instituto para os Estudos Ambientais da Amazônia (IPAM), Ane Alencar, “o pico da desflorestação aconteceu em julho, e o dos incêndios deverá ser em setembro”.

No sábado, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) brasileiro, Augusto Heleno, afirmou à Lusa que os incêndios na região tiveram um “alarmismo desnecessário”, e que é uma “bobagem” (asneira) dizer que a Amazônia é património da Humanidade.

“Não tem o menor fundamento, [em dizer que a] Amazônia é património da humanidade, que a Amazônia é para ser aproveitada pela humanidade. Isso é uma barbaridade. Isso não será permitido, não só pelas Forças Armadas brasileiras, como pelo povo brasileiro”, afirmou o general Heleno, em entrevista à agência Lusa, em Brasília.

“Isso é uma bobagem, sem fundamento, como seria uma bobagem acreditar que, por exemplo, a Sibéria [território russo] ou a Gronelândia [território dinamarquês] são património da humanidade. São bobagens que são ditas por alguns políticos que desconhecem totalmente não só a tradição da Amazônia do Brasil, como os direitos das nações independentes, e que a sua soberania deve ser preservada”, acrescentou o ministro.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) reconheceu, em 2003, um conjunto de unidades de conservação, localizadas na região da Amazônia brasileira, como Património Natural da Humanidade.

Contudo, o Governo do país sul-americano receia que tal designação ponha em causa a soberania do Brasil sobre a região.

O executivo brasileiro, liderado pelo Presidente Jair Bolsonaro, tem sido fortemente criticado, nacional e internacionalmente, pela forma como tem gerido os incêndios e a desflorestação na Amazónia, o que provocou uma crise ambiental e diplomática. O Governo, porém, acredita que a comunidade internacional não tem legitimidade para tecer críticas ao Brasil, argumentando que o interesse estrangeiro pela Amazónia é apenas de carácter económico.

A Amazónia é a maior floresta tropical do mundo e tem a maior biodiversidade registada numa área do planeta. Tem cerca de cinco milhões e meio de quilómetros quadrados e inclui territórios do Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (território pertencente à França).